



Desenvolver e manter a gestão dos agentes nos entes públicos é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade, uma vez que para atender as recomendações dos governadores e das autoridades sanitárias, em consequência do avanço do COVID-19, o trabalho home office foi a medida adotada.

O que muitos gestores não sabem é que mesmo na modalidade do teletrabalho, é possível desenvolver uma cultura organizacional colaborativa e aproveitar o engajamento e a proatividade das pessoas, criando padrões de trabalho e acompanhando a sua evolução, usufruindo de tecnologias modernas como os aplicativos que possibilitam o envolvimento integrado de toda a equipe, por meio de chats, vídeo conferências, anexação de arquivos, entre outros.

A mudança de cultura organizacional é essencial para que se desenvolva, de forma estruturada e sustentável, o trabalho e se cumpra a sua missão, inclusive em situações adversas.

Os destaques inegáveis são as importantes contribuições que os órgãos de Controle Interno têm realizado nas instituições (públicas ou privadas), identificando, junto às áreas controladas, a necessidade do (re)planejamento e reestruturação da dinâmica de trabalho, a realização de treinamento dos agentes públicos em ferramentas tecnológicas e outros pertinentes à área de atuação, bem como a importância do compartilhamento das atividades realizadas e dos conhecimentos adquiridos, ações indispensáveis para colaborar no planejamento e adoção de uma nova cultura organizacional.

Tais ações, certamente, criarão novos modelos de gestão, fazendo com que as equipes, mesmo trabalhando à distância, de forma remota, continuem cumprindo a sua finalidade.

Importante ressaltarmos que, uma equipe unida, ainda que à distância, tende a ficar mais forte e comprometida. Essa união significa dizer que não há a necessidade da proximidade física, mas, sim, do propósito envolvido, podendo as atividades serem flexíveis e adaptáveis, sendo que essas ações estão em consonância aos princípios da administração pública, não havendo qualquer mácula à sua implementação nos entes públicos.